

## DESPACHO

Recebemos os presentes conforme laudas que antecedem este despacho. Processo devidamente instruído com Memorando Nº 140/2024-AG01-AUTAZES/COSAMA (fls. 01), Termo de Referência nº 001/2025 - GEMAN/DIOP/COSAMA (fls. 45/60), Pedido de Contratação de Serviço nº 10032 (fls. 15), propostas apresentadas por empresas atuantes no mercado e Mapa de Preços cotados.

Trata o presente processo de **Contratação Emergencial de empresa especializada em manutenção eletromecânica de 01 (um) motor elétrico, incluindo rebobinamento com substituição peças novas e acessórios genuínos**, conforme informações e demais especificações constantes do Processo nº 01.05.043501.007149/2024-61.

Conforme esclarecido nos autos por meio de Nota Técnica elaborada pelo setor demandante a contratação se justifica pela necessidade de garantir a continuidade operacional do sistema de abastecimento de água, em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) que regulam o dimensionamento e operação de sistemas de abastecimento.

Restou esclarecido por meio de relatório técnico elaborado a exigência do atendimento às normas técnicas mencionadas nos documentos que visam manutenção de equipamento de forma segura tais como: redundância operacional em sistemas críticos, sendo a ausência de motor reserva um risco crítico de desabastecimento; continuidade operacional como princípio básico, exigindo a manutenção plena de componentes essenciais; procedimentos de manutenção em motores elétricos, incluindo testes elétricos para garantir segurança e desempenho.

Explica a área técnica demandante que o sistema opera atualmente com apenas um motobomba ativo, expondo-se ao risco de paralisação total em caso de falha podendo impactar publicamente espaços como escolas, hospitais e serviços essenciais que dependem do fornecimento contínuo de água além de riscos jurídicos e institucionais como interrupções prolongadas que podem acarretar sanções, ações judiciais e desgaste da imagem institucional.

Portanto, a contratação imediata é imprescindível para evitar a interrupção no fornecimento de água e assegurar o atendimento às normas técnicas e à população.

Além disso, esclarece a área técnica que o Processo Nº 01.05.043501.001544/2024-30 foi iniciado em 15 de abril de 2024 com o objetivo de atender às demandas necessárias, mas, houve comunicação de fracasso na licitação. A Gerência de Manutenção imediatamente, solicitou a realização de um novo processo licitatório e os autos em



questão encontram-se em diligências internas.

Desde então, não foi possível concluir o certame licitatório, resultando em uma demora na resolução da necessidade inicialmente prevista. Tal situação gera impacto direto na execução de atividades essenciais, tornando imperativa a adoção de medidas que garantam a continuidade dos serviços e o atendimento adequado às demandas.

Considerando os prazos já transcorridos e a necessidade de resolução célere, a dispensa justifica-se pela impossibilidade de aguardar a tramitação de novo processo licitatório sem comprometer os interesses públicos.

Logo, diante das justificativas trazidas ao processo, esta Comissão observa que a contratação solicitada é **URGENTE E IMEDIATA**, haja vista que a paralisação total pode impactar a operação tendo em vista que o serviço de Abastecimento de Água é considerado **ESSENCIAL** – conforme disposto no Art. 10 e Art. 11, ambos da Lei 7.783/89, que assim prevê:

*(Art. 10). São considerados serviços ou atividades essenciais:*

*I – tratamento e abastecimento de água (...)*

*(Art. 11). Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*

*Parágrafo único: São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.*

Ademais, em razão das justificativas apresentadas às folhas antecedentes, resta demonstrado nos autos que não há tempo hábil para aguardar finalização do novo procedimento licitatório em observância de todos os prazos legais para a sua realização.

Posto isso, é sabido que a realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos de Dispensa e de Inexigibilidade, que estão previstos nos artigos 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 123 a 125, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

A licitação poderá então ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse específico da estatal, são enquadráveis nas previsões do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

Nesse sentido, destacamos que cabe no caso em tela o disposto no inciso XV do Art. 29 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016):



*(Art. 29) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:*  
(...)

*XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no §2º.*

No mesmo sentido assim dispõem o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia, seu artigo 118, inciso I, e artigo 123, inciso XIV:

*(Art. 118): O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*

*(Art. 123): É dispensável a realização de licitação, nos seguintes casos:*

(...)

*XIV – Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

Dessa maneira, cabe destacar que, segundo o Mapa Comparativo às fls. 88, a empresa que apresentou a proposta de menor preço para o material solicitado foi a **SERVICE ENGENHARIA E PERÍCIAS LTDA.**, inscrita no **CNPJ sob o nº 22.958.492/0001-65**.

Assim, observadas as formalidades legais e, considerando-se as propostas apresentadas cujo **menor preço** é o valor global de **R\$ 5.933,67 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos)** de acordo com o levantamento de preços apresentado no presente processo conforme Mapa de Preços (fls. 88), entendemos que não há impedimento legal e administrativo para a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, fundamentada no inciso XV do Art. 29 da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais e artigos 118, I, e 123, XIV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC..

Dito isso, em observância ao interesse da Administração com arrimo no princípio da economicidade, vantajosidade, celeridade e eficiência, esta Comissão entende que a contratação em questão poderá realizar-se por meio da empresa **SERVICE ENGENHARIA E PERÍCIAS LTDA.**, inscrita no **CNPJ sob o nº 22.958.492/0001-65**, pelo valor global de **R\$ R\$ 5.933,67 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos)**, a qual é atuante no mercado atual, e que apresentou a





proposta de menor valor e está apta a executar o serviço conforme certidões de habilitação que se encontram anexas neste processo.

Por fim, esta Comissão sugere que em caso de nova contratação do mesmo objeto em referência, de forma a não infringir disposição legal acerca da dispensa de licitação pelo valor, deverá realizar-se por meio de procedimento licitatório comum.

Manaus/AM, 24 de janeiro de 2025.

---

**PALLOMA CARDOSO DA SILVA**  
Membro da CPL

---

**RAISA THAMARA DA CONCEIÇÃO ASSIS**  
Vice-Presidente da CPL

